



II REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO FBES

Relatoria: Deuzani Candido Noletto – Secretaria Executiva do FBES

PERÍODO: 1 A 3 DE ABRIL DE 2004
LOCAL: BRASÍLIA - DF

PRIMEIRO DIA – 1º. DE ABRIL

1 - ANÁLISE DE CONJUNTURA

Palestrante: Professor Paul Singer – SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária)

O professor Paul Singer falou aos participantes da II reunião da Coordenação Nacional do FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA no primeiro dia. Relatamos a seguir a sua explanação sobre a conjuntura brasileira.

O PROFESSOR avaliou que no ano de 2003 a economia esteve estagnada, o crescimento foi menor que 1% (um por cento) ao ano, houve recessão de janeiro a agosto com o maior índice de desemprego dos últimos anos. A decisão de não baixar os juros provocou uma reação maior dos empresários do que dos trabalhadores e causou uma queda da renda. Houve superávit e queda dos juros em julho. A bancarização dos pobres previa acesso ao crédito com abertura de contas simplificadas e empréstimo a 2% (dois por cento). Sabemos que empréstimos bancários não criam empregos, a expectativa do emprego não vai baixar, o trabalhador acha que está em risco. Quem tem emprego não gasta e mesmo assim tem perda da renda, ao contrário dos japoneses que não gastam, mas poupam e fazem a economia crescer, no Brasil quem consumia, não gasta.

No ano de 2004 temos a maior queda do consumo global desde 1991 sendo de 3% (três por cento). A situação é grave, há um pessimismo estrutural de mais oito anos sem crescimento, é necessário fazer a economia crescer. O aumento da bolsa família pode provocar um aumento do consumo popular, a direção está certa, mas é pouco e veio tarde. Perguntamos, de quem é culpa?

O Presidente Lula adotou postura conservadora e pede paciência. Parte da esquerda brasileira está no poder na figura de ministros e colaboradores e ainda têm esperanças, até quando? Sentimos que o governo é sensível a pressões, deve haver a pressão popular, a exemplo do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que tenta a mudança com manifestações e ocupações, dobraram os recursos da Reforma Agrária, mas ela ainda não aconteceu. Ficar com raiva porque as coisas não estão acontecendo como esperávamos, é normal, mas não adianta, temos que fazer juntos. Precisamos de transformação política, este é um ano eleitoral, o município muda o país, há possibilidades de mudar.

A economia começou a crescer em setembro de 2003 com possibilidade do país sair da recessão. No final do ano houve otimismo e a expectativa de que 2004 seria melhor que 2003.

Para a Economia Solidária houve ganhos com o Governo Lula, não só pela criação da SENAES, mas por ter conquistado um território político.

1.1 - Debate com Professor Paul Singer:

1º Grupo – Estados –Espírito Santo (Otniel), e Rio Grande do Norte (Vilma).

No Fórum Social Brasileiro, Paul Singer disse da importância dos movimentos sociais pressionarem para mudar a política. Existe uma demanda efetiva de consumo e uma expectativa dos consumidores. Mas existe uma dúvida, esta demanda vem dos empresários ou do consumidor? (Otniel)

Análise do governo tem sido na euforia de que a esperança venceu o medo, podemos ter quatro anos de equilíbrio entre a esperança e o medo. Pouco tempo de governo mostra isso. Paul Singer falou sereno e com o pé no chão deste problema. A esquerda tem uma luta histórica pela consolidação do projeto popular. Hoje vemos movimentos que nunca estiveram nas ruas fazendo greve para ganhar quinze mil. O movimento da Economia Solidária tem que ter a responsabilidade de fazer o debate político. Vemos que inúmeras ações do governo são bem intencionadas e mobiliza setores excluídos. O Governo não está tendo a capacidade de garantir a intersectorialidade das ações. Está implantando o CONSAD na região do Pará, e não vemos ação da Economia solidária com o CONSAD. Sabemos também que existe no governo política para o salário mínimo. (Vilma)

RESPOSTA PROFESSOR PAUL SINGER:

A aposta no consumo é aposta petista. Pode ser dos empresários ou do povo. O programa deste Governo é apostar na economia, pela distribuição de renda. Os empresários não investem, a classe média não corre perigo de perder o emprego. Seria um desastre se lançássemos dúvidas em greves por salários, inclusive da polícia federal. São eles que estão libertando os trabalhadores que estão sendo escravizados. Vamos serrar fileiras nas lutas para melhorar, de todos que vivem de salário. O governo resolveu que três ministérios seriam um, leva tempo, precisamos ter paciência. Existem discussões dentro do antigo Fome Zero sobre bolsa família que deve acabar sendo implementada. Para o salário mínimo é necessário um aumento acima da inflação. O Ministro Jacques Wagner chegou a falar publicamente disso, mas o Ministro Berzoini ainda não teve tempo.

Walmor (SENAES) - É necessário pensar no movimento governo e sociedade que envolve ação alimentar. Deve haver maior articulação para as políticas de segurança alimentar. Na conferência de Segurança Alimentar em Recife, houve uma mobilização do Frei Beto no TALHER. Como ter uma ação do Governo Federal, pessoas do governo militando na base? Na base representantes do Lula na implementação do programa. Como negociar com oligarquias? A população precisa se mobilizar. Na conferência de Segurança Alimentar, no debate do comitê Gestor o CONSAD não apareceu. Fica uma sensação de desarticulação da política e da sociedade civil. A Economia Solidária esteve presente na conferência. Qual o envolvimento da ECOSOL na política de segurança alimentar (CONSAD)? Nem na conferência alimentar os CONSADs foram colocados como importantes.

2º Grupo Estados – Ceará (Sandra Magalhães), Paraná (José Ricardo), Santa Catarina (Glaico), Pará (Joana), Minas Gerais (Shirley), Sergipe (Wladimir), Maranhão (Manuel da Conceição).

O Fome Zero teve mobilização universal, o CONSAD é recente, talvez na conferência não tenha aparecido discussões do CONSAD. (Sandra)

Grupos organizados da Economia Solidária têm dificuldade de integração. (José Ricardo)

Estamos contentes com a análise de conjuntura do professor Paul Singer. O professor falou de fazermos da raiva em mecanismo para transformar. Precisamos de suporte para esta transformação. Existem empresas que ganharam dinheiro do BNDES para desmatar, o dinheiro existe e se fosse parar nos movimentos poderia haver uma grande transformação. O Banco do Brasil em cada município tem ordens diferentes. Havia uma expectativa que os gerentes do BB mudariam com este governo. O MST consegue fazer pressão e mobilizar. O INCRA quase obriga a desmatar. Existem mecanismos e coisas que não deveriam mais estar acontecendo, Se é falta de preparo deveríamos pegar a experiência onde está dando certo. Porque o recurso não chega em quem está produzindo? (Glaico)

Os movimentos vêm aqui em Brasília construir, chega no município é diferente, não tem apoio. Existe gente se apropriando para se promover politicamente. No Pará o povo não sabe para onde foi a Bolsa Escola e a Bolsa Família. Tiraram dinheiro do Banco do Povo em Belém para reformar feira. Queremos saber se a política federal é para resolver os problemas ou promover pessoas politicamente? No Fome Zero tem gente que nunca fez e nem faz parte da Economia Solidária, precisamos rever tudo e construir juntos. Nós nos sentimos lesados de largar os nossos empreendimentos e vir em Brasília discutir e não tem acesso a nada, nem a empréstimo. O empréstimo às vezes é só para endividar. (Joana)

No Encontro de Belo Horizonte foi informado que faríamos um Encontro em Julho, em Brasília, com 1500 empreendimentos, o pessoal achou que deveria ser 15.000 mil com caminhada e feira, precisamos mostrar a nossa cara, não ficar para trás. Em Minas Gerais temos agora a Lei Estadual de Economia solidária, vai ser criado o Conselho Estadual de Economia Solidária. O Fórum e todos devem contribuir na regulamentação da Lei, precisamos da ajuda da SENAES. Temos um enfrentamento difícil com o Governador do Estado, que percebe a Economia Solidária como se fosse esmola. CAEPS perdeu o S, entendem que tem que ser popular, sem o S de solidária. Como ter visibilidade nos governos estaduais e municipais? A Economia Solidária de uma forma clara, que não seja só medida paliativa, tem que ocupar as praças e os espaços. Temos que mostrar o que está acontecendo. Temos dificuldade financeira, deveria haver um Fundo Nacional de Economia Solidária, temos dificuldade de pegar dinheiro em banco, no Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste. (Shirley)

O governo está sensível às pressões sociais que são necessárias para provocar as mudanças. O professor Paul Singer falou que só o ministro Palocci acredita nesta política econômica. Por que o governo não está cedendo às pressões? O Professor vislumbra mudanças? Há um aumento no desemprego, e as eleições podem refletir isso, o PT ainda é forte nos municípios, mas a cada notícia a popularidade cai. Dentro do PT sempre houve críticas internas e tem também no governo. Se o governo Lula não der certo, quem assumir o próximo será a direita. Com relação às greves, realmente tem caras novas, pessoas que nunca fizeram greves. É a direita se aproveitando das fragilidades. (Wladimir)

Fizemos a opção política e ideológica de fazer trabalho no campo. Há 23 (vinte e três) anos almejávamos eleger Lula ou outro do PT para presidente da república. Uma vez isto, achávamos que o Brasil ia começar a mudar de rumo. Chegamos lá. Estive na posse do Lula, sou dirigente de uma central de cooperativas no Maranhão. A oligarquia do Maranhão está há 40 (quarenta) anos no governo, massacrou o povo na ditadura. Depois que o Lula ganhou, este grupo aos poucos foi sendo a referência do poder no Estado. Agora apenas duas prefeituras, que estão quase falindo, resiste e pode perder o jogo político com a ajuda do próprio governo federal. Eu me sinto governo porque meu partido chegou lá. Não critico porque ainda não discuti com a direção nacional. Por um lado está sendo negativa a referência de governo, Lula dando apoio aos devastadores. A soja é um problema, mas recebe incentivo para expulsar milhares de trabalhadores do campo, acabando com os rios e igarapés. Viemos a Brasília com a missão de discutir e chegar perto do governo para ver como fazer. Se nós do movimento popular atacamos o governo, não vai coincidir com o ataque da direita? (Manuel da Conceição)

RESPOSTA – PROFESSOR PAUL SINGER

OS Bancos federais, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, estão na berlinda. A SENAES tem contato estreito com a direção da Caixa, que tem presença em todos os municípios e quer contribuir com o desenvolvimento. Tanto o Banco do Brasil como a Caixa Econômica Federal foram privatizados como se tivessem sido vendidos. São bancos lucrativos e ajudam a pagar a dívida. A orientação do Banco do Brasil é para que dê lucro, mais do que para as reivindicações da Economia Solidária. Banqueiro só empresta para quem não precisa. O Banco do Brasil quer implementar programa de desenvolvimento sustentável, vai para a ponta promover desenvolvimento, trabalho e renda. A coisa é cultural e política. Precisamos de uma aliança entre SENAES e Economia Solidária para sabermos o que está acontecendo, dá para modificar as coisas, precisamos de fatos concretos, chega de ter paciência, quem sabe a partir desta reunião conseguiremos fazer algo. Vamos levar casos concretos para serem contados. Este movimento é uma arma, vamos usar. Vale para todos bancos públicos. Entre quem está em Brasília fazendo política e o banco no município tem uma grande distância. O que Manuel da conceição contou é gravíssimo, é a anti-reforma agrária. É fundamental o que ouvi, mas você precisa ajudar, colocar no papel. Sem o papel, são notícias, não são denúncias, temos que ir atrás, somos aliados nisso. Para Joana, bolsa família, renda mínima, usados para finalidades políticas é inaceitável, é um grande assunto. A experiência dos comitês gestores do Fome Zero foi importante, pode dar certo. São mecanismos de democracia participativa importantes. A SENAES não tem ligação com bolsa família, outro ministério é responsável e temos grande acesso a eles e casos concretos, com nomes podemos encaminhar. Intervenção de **Manuel da Conceição** – O Ministro da Agricultura é um dos devastadores, não é fácil, como mudar este quadro?

PAUL SINGER – Continuação - Em parte a discussão é econômica, não é simples acabar com a soja. Precisamos de uma política equilibrada, senão será resolvida entre cúpulas, entre técnicos que apesar de

bem intencionados não sabem como devem proceder. Pensar em políticas compensatórias. Antes de fazer as barragens, cuida-se antes das famílias que vão ter que sair do local. O ministro da Agricultura pode ser nosso aliado.

Para Shirley devo dizer que fiquei interessado em saber que Minas Gerais é o primeiro estado a ter uma lei sobre Economia Solidária, Tem outro estado? Quem sabe Rio Grande do Sul? Devemos seguir esta lei. Ótimo que Minas Gerais quer criar o conselho Estadual de Economia solidária, o governo federal também que criar o Conselho Nacional e tem também o grupo de trabalho Marco legal.

Alaídes do DF passou projeto de lei do Distrito Federal para Economia solidária.

3º Grupo Estados – São Paulo (Edgard Amaral), Pará (Wilson), Minas Gerais (Derly), Ceará (Sandra Magalhães), Pernambuco (Lenivaldo), Rio de Janeiro (Ary), Pará (Crispim), Rio de Janeiro (João Luis), Rio Grande do sul (Nelsa), Amapá (Amélia), Ceará (Paulo), Mato Grosso do Sul (Vandelis).

Como o governo pode apoiar, como grande articulador, se em vários momentos o governo atua como regulador nas reivindicações de massa? Não falta ousadia da SENAES com os movimentos que trabalham a Economia Solidária? Precisa haver maior articulação. O professor Paul Singer é unanimidade, ninguém discute que ele é o mestre, a sua fala é boa e franca, mas sua popularidade pode cair se não der passos consistentes. Em São Paulo e aqui as pessoas querem fazer uma manifestação pública, a favor da Economia solidária. (Edgard Amaral)

Precisamos criar uma grande central de Finanças Solidárias, para fazer um grande projeto para vários municípios, o problema não é crédito, é acesso a ele. Neste governo podia melhorar e não melhorou. A ADA (Amazônia) está com projeto e discussão, Banco do Brasil também, não adianta ter crédito, precisa ter projetos específicos, um projeto único entregue à SENAES. Como está a discussão do acesso? Não vimos melhora. Não há espaço para discutir com a equipe econômica, temos direito de discutir este governo. (Wilson)

Tem uma dificuldade dos empreendimentos. O dinheiro chega nas prefeituras. É prefeitura ou empreendimento? Cada empreendimento gera emprego. O governo passa, os empreendimentos ficam. Passando o governo, os empreendimentos estarão esfacelados. (Derly)

A questão do crédito no programa do Governo Federal com a bancarização é importante, porém a grande maioria não consegue bancarizar-se. As pessoas não chegam ao banco. As pessoas procuram empréstimo Amigo que é mais acessível no Banco do Nordeste do que o Banco do Brasil. O Banco do Brasil disse para uma mulher que ela tinha que mostrar o seu ativo circulante, e ela não gostou e falou que exigia respeito, pois era casada. Microcrédito não é só dinheiro pequeno, é uma política de desenvolvimento. A SENAES e o FBES precisam criar alternativas para estas pessoas. (Sandra)

A Lei de Falências para a auto-gestão da Economia solidária é fundamental. O BNDES não pode financiar grandes empresários da zona da mata na região nordestina. As dívidas dos usineiros de Pernambuco dá para comprar quatro zonas da mata. Qual a perspectiva de desenvolvimento para determinadas regiões históricas? O Pacto Federativo tem uma lógica de política perversa. As experiências locais e o movimento da Economia solidária se generalizaram. Fernando Henrique quis implantar o PET e passar por cima. Arraes estava lá e teve consequências. (Lenivaldo)

A Economia solidária produziu alguns empregos, mas nacionalmente não se vê. Parece que tudo que o governo faz é negativo. A SENAES precisa mostrar os dados nacionalmente. (Ceará)

O governo de esquerda aqui e no mundo não rompe com projetos neoliberais. A crise reflete aqui no pequeno varejo. Lula não aponta para o socialismo e nem coloca placa que vai nesta direção. (Ary)

É um erro do movimento de achar que ganhando a eleição ganha o poder. Há necessidade de desvendar estas relações, SENAES, CUT, dificuldade destes atores de discutir com a Economia Solidária. Não discutimos unidade e rompimento com corporativismo. O PT está perdendo para sua própria autofagia. A Economia Solidária gerou novos postos de ocupação para novos municípios. Quanto tem à disposição da Economia solidária, dos 14 milhões da SENAES? A CUT precisa sair do pedestal e voltar à discussão para necessidades prementes. É preciso intervenção imediata em Marajó com projetos baratos de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Parabéns a nós e agradeço professor Paul Singer. (Crispim)

O comitê gestor já existiu. Foi criado pelo CONSEA, não sabe trabalhar bolsa família. É hora da Economia solidária partir para a ação concreta nas comunidades. A SENAES, as entidades de apoio e

assessoria precisam trabalhar mais com as comunidades e mostrar o protagonismo da Economia Solidária. (João Luis)

Nós sabemos que a conjuntura nacional está mal. Precisamos ter o olhar dos empreendimentos. Teve alguma mudança concreta que chegou aos empreendimentos? Aconteceu em três meses varias formas que atingiu a Economia Solidária e não positivamente. Temos uma secretaria cujo objetivo principal é a Economia Solidária, os empreendimentos, que perspectivas temos? O professor colocou que a única perspectiva é a pressão. Vamos ter um olhar especial para o I Encontro Nacional de Empreendimentos, para que ele seja um momento de pressão. Vamos para a rua, para os ministérios e para a presidência da república. (Nelsa)

Os empreendimentos individuais geram emprego, mas não necessariamente muda o perfil da comunidade. Devemos dar apoio aos empreendimentos coletivos. (Amélia)

Trabalho com empreendimentos que procuram micro-crédito e não conseguem acesso por causa de restrições no SERASA e SPC. O que fazer com o povo que está na informalidade e não tem acesso ao crédito. ONG's emprestam, mas a população paga e fica sem recursos. (Paulo)

A população indígena Terena do Mato Grosso Sul vive aguardando a demarcação das terras, vivem em 2090 há. Pedimos apoio nesta questão, crédito e financiamento, para participação na sociedade da comunidade indígena. (Vandelis)

RESPOSTA – PROFESSOR PAUL SINGER

É importante a troca de idéias e informações. Nada de concreto sai se não agirmos, temos poucas chances de reunirmos. A obrigação da SENAES é fazer política em Brasília e não nos estados. Vou esquecer muito do que foi dito aqui, sou humano, ouvi quarenta coisas diferentes. Estou ansioso para passar de boa intenção moral para fatos. Na próxima reunião quero ouvir que as coisas mudaram. A bancarização não está funcionando, se credito Amigo que precisa de seis meses para entrar funciona melhor, então bancarização não está funcionando. A bancarização dos pobres exigindo ativo circulante é terrível. A SENAES devia indicar correspondentes para Banco Popular do Brasil e Caixa Econômica Federal. Estou representando o Ministério do Trabalho junto ao governo para mudar Lei de Falências, mandem idéias concretas. Vamos usar o espaço político possível para implementar, faltam idéias. Não estamos sozinhos, o outro lado existe e dá apoio ao governo e tem que responder. Neste governo os movimentos populares e camponeses têm espaço, temos que encontrar, quem sabe dialogando. A SENAES sofre de esquizofrenia, pois tem duas personalidades. A SENAES existe porque o FBES teve a idéia de criá-la e colocou para o presidente, e escolheu a mim para representante e eu aceitei. De certa forma representamos os companheiros. Mas quem criou a SENAES foi o presidente Lula e devo lealdade a ele, mas tenho que fazer críticas com proposta construtiva. São duas representações que às vezes se conflitam e às vezes há tensões. A SENAES se esforça para não violar nenhuma das duas. Entrevista de Paul Singer com equipe econômica não existe, quem dialoga é o Palocci e não a equipe. Seria melhor o Lula criar espaço de dialogo. Lula criou o Conselho de Desenvolvimento social, mas não há dialogo. O dialogo faz falta ao governo, e não estou sendo desleal dizendo isso. A Economia Solidária tem a SENAES como aliada, mas que também é aliada do Lula. Todas as queixas trazidas são importantes, são as respostas porque os programas não funcionam. A geração de trabalho e renda pela Economia Solidária é importante, mas depois do mapeamento será mais fácil obter apoio.

Sonia Kruppa (SENAES) – A esquizofrenia não é das pessoas, mas das relações de governo. Poderíamos ver a possibilidade de colocar a marcha da Economia Solidária para dentro. Como falamos de integração política, gostaria de lembrar que a ultima reunião da Comissão Organizadora do Encontro trouxe outros Ministérios e Movimentos. Devemos internalizar a discussão, fortalecer e colocar para fora. A marcha pode ser contraponto. O debate franco com outros ministérios poderia ser alternativa à marcha.

PAUL SINGER – Com seis ou sete ministérios apoiando, o Lula deve ir ao Encontro. Os custos do Encontro deverão ser cobertos com recursos públicos, se os participantes saírem em marcha pode ficar parecendo que o governo trouxe pessoas a Brasília para fazer pressão. Tira a autenticidade do protesto, vir com dinheiro publico. Tem lutas que não vão parar agora, governo de coligação tem forças da direita também Este é o primeiro governo de esquerda, com uma grande presença da esquerda, é uma novidade. Como vamos usar este espaço?

2 - CONSELHO NACIONAL – EXPLANAÇÃO SENAES

SONIA KRUPPA (SENAES) – Quanto ao Conselho Nacional temos duas questões importantes: atribuição e composição. Temos também que discutir a diferença do FBES e Conselho, como se relacionam e o papel do Conselho. O decreto que criou a SENAES já prevê a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e suas atribuições.

PAUL SINGER – O Conselho Nacional é importante, vai nos fortalecer, vai ter a presença do Fórum, teremos interlocutores importantes. A SENAES propõe a seguinte composição. um representante da Secretaria Geral da Presidência República, que cuida da relação do Presidente com os Movimentos.

. 15 representantes do governo, sendo que o Ministro do Trabalho dirige o Conselho e a Secretário da SENAES(Paul Singer) seria o executivo.

. 15 representantes o Fórum designa. 15 representantes da sociedade civil que não é Economia Solidária. Podem ser do sindicalismo, cooperativismo, como a OCB, entidades do terceiro setor como ABONG, COOTRABALHO, CONTAG, CUT, MST e CNBB.

Com a composição acima a maioria do Conselho Nacional será da sociedade civil, sendo que um terço será Economia Solidária, um terço organizações que mantêm relações com a Economia solidária e um terço o governo.

2.1 - DEBATE CONSELHO NACIONAL

Rio de Janeiro (João Luis), Pernambuco (Déa), Pará (Crispim), Rio de Janeiro(Ary), Santa Catarina (Sandra Shiling), Paraná (José Ricardo), Distrito Federal (Ademar), Goiás (Célia), Pará (João Correia), Rio de Janeiro (Adriana), Rio Grande do Sul (José Inácio), Ceará (Sandra Magalhães), São Paulo (Eunice), Minas Gerais (Shirley), Rio Grande do Sul (Gaiger), São Paulo (Walmir), Pernambuco (Lenivaldo)

Lembrar que para um terço da sociedade civil, não chamar só CNBB, que é da igreja católica somente, talvez seja melhor chamar também a CONIC que integra outras religiões.(João Luis)

O que é empresas recuperadas ou de autogestão? No um terço da Economia solidária, tem a ausência das comunidades indígenas e mulheres empreendedoras. (Déa)

É fundamental pegar o documento que dispõe sobre o Conselho e discutir nos empreendimentos e entidades. O Conselho deve ser reflexo dos Estados. Os nativos devem estar compondo o conselho.Sugiro que seja competência do Conselho chamar a Conferencia de Economia Solidária. Poderíamos de acordo com o governo (PPA) projetar o orçamento para os empreendimentos ter aporte financeiro. A função da SENAES é trabalhar para um público alvo. O Conselho deverá ser usado para controlar o Fórum em relação ao orçamento. Os empreendimentos deverão ser maioria no Conselho. (Crispim)

Os Fóruns Estaduais devem discutir o Conselho Nacional, para que possamos construir um Conselho que venha da base, para consolidar discussão política da Economia Solidária. Vamos definir prazos para construir conferencias que tirem representantes. (Ary)

Desde que os conselhos foram criados no Brasil, perguntamos que contribuições efetivas trouxeram. Eles não conseguem transformar atos em políticas publicas concretas. Para tudo hoje se cria um conselho. Por que acreditar que na Economia Solidária poderia existir a possibilidade de um conselho diferente? Propõem que seja consultivo e propositivo, não deliberativo. Faltam na proposta inclusive orçamentos, precisamos fazer um conselho diferente. (Sandra Shiling)

O Conselho para ser da sociedade civil e não do governo precisa ter mandato definido e composição eleita por conferencia. No documento que propõe o Conselho estão definidos 17 (dezessete) representantes do governo, 15 (quinze) representantes da Economia Solidária e 14 (quatorze) da sociedade civil. Por exemplo, se uma universidade entra como sociedade civil, quando ela é publica, o gestor também é do governo, devemos ter cuidado para assim não termos poucos representantes dos empreendimentos de Economia solidária. A luta de classe está na luta pelo fundo público, temos ausência de ideologia na esquerda. Na Economia solidária não temos unidade para disputar fundo público. A ideologia se constrói no Fórum. O conselho será a interlocução entre o Fórum e outros espaços, não disputa do fundo público. A representação dos empreendimentos tem que ser maior no conselho. (José Ricardo)

O Grupo de Trabalho para discutir a criação do Conselho reuniu em fevereiro, mas não teve acesso às competências do mesmo. Os demais Conselhos asseguram chamar, convocar e financiar a Conferência. Com relação ao encontro e manifestações no mesmo, existem outros movimentos fazendo manifestações com recurso público. A proposta para o Conselho de Segurança Alimentar é assegurar que ele seja deliberativo, devemos refletir sobre isso. Conselho é estado democratizado. Esperamos que a SENAES tenha uma posição mais clara de qual espaço ocupamos. Devemos avançar na discussão. Neste momento precisamos ampliar parcerias e cumplicidades com outros movimentos e governo. O GT Marco Legal não é para resolver coisas pontuais, mas sim lei orgânica e o Conselho. Sugiro que os espaços dos GT's possam avançar em ações de estratégia. O Fórum se fortalece com o Conselho, não se esvazia. (Ademar)

Devemos definir pelo menos dois representantes de cada empreendimento e garantir a presença de um representante das entidades de assessoria. (Célia)

Apesar de estarmos correndo contra o tempo, devemos discutir bem as deliberações. O Conselho Nacional deverá ser um espelho dos Conselhos Estaduais, que não existem. Historicamente programas e projetos são analisados em Brasília. Precisamos de tempo para discutir a composição do Conselho. Devemos escrever para incubadoras e cooperativas para esclarecer melhor. Só com tempo e discutindo na base é possível termos uma boa proposta. O Conselho vai ser superior ao Fórum, devemos ter cuidado para ele não acabar com o Fórum. Uma coisa é o Conselho ideal, lei orgânica, outra coisa é o Conselho possível. Na construção da identidade deste Fórum, precisamos sair do debate operacional e ter discussão mais política. Precisamos ligar os GT's nacionais com os GT's que estão nos estados, que devem ser a base de diálogo. A lei de Minas Gerais seria uma cartilha para os estados. (João Correa)

Quem é a SENAES nos municípios? O poder municipal dialoga com o estadual que dialoga com o federal. A SENAES é política de governo em construção, o Conselho tem que falar de orçamento sim. Se criarmos Conselhos Municipais e Estaduais, eles não teriam ligação com o Conselho Nacional. É um movimento em construção. É possível dizer que a SENAES tem um orçamento que pode ser discutido no Conselho. (Adriana)

Criamos um Conselho neste momento, ou discutimos mais e ampliamos o caráter do Conselho? Está ficando mais claro que a SENAES quer o Conselho para apoiar mais a Economia Solidária. Não está clara a relação do Conselho com a continuidade do Fórum. O Conselho com caráter mais consultivo e propositivo poderia ampliar o caráter político. (José Inácio)

Precisamos entender melhor a capilaridade do Conselho. O Professor fala que é para dialogar melhor e tem a ansiedade de como dialogar na ponta. A questão é, vamos abrir mão por um tempo do Conselho deliberativo em favor de uma questão emergencial de mais visibilidade. Seria um compromisso coletivo, o FBES dá o crédito de fazer assim e a SENAES garante depois de outra forma. Na composição da sociedade civil proponho o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, que é importante que dialogue com a Economia Solidária. (Sandra Magalhães)

Não devemos duvidar da importância de um Conselho, é o empoderamento da classe trabalhadora, os Conselhos foram fruto de sua luta política. O conjunto da lei não foi fruto da mobilização. Não existe Conselho do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Saúde, e sim Conselho de política pública de cada um. Aqui é Conselho da SENAES, consultivo, que é um espaço de diálogo que pode propiciar construir política pública. Conselho de política pública temos que fazer, e construir uma para a Economia solidária, que seria a tarefa número um. Temos uma superestrutura e nada enraizado. Não atuamos na Reforma Tributária, mas tudo nos atinge. No governo do Rio Grande do Sul as coisas se perderam, porque foram muito mais ações de governo. Devemos fazer uma pactuação entre o que é possível agora e o que queremos para o futuro. Temos que discutir como política pública se queremos continuar ou não com o Conselho. Como a Economia Solidária coloca a mão no fundo do FAT e do Sebrae? Temos que fazer disputa política do FAT e Sebrae, que é o segundo orçamento com um bilhão e setecentos, enquanto nós brigamos por um orçamento de quatorze milhões. Se pensarmos a dimensão do Brasil, e a crise do trabalho e emprego, é absurda a verba da SENAES. Devemos disputar políticas estruturais já existentes ou novas políticas? (Eunice)

Começamos a discutir em Minas Gerais um Conselho Estadual deliberativo com fundo próprio, e não está fácil a discussão com o governo do estado. A presença da SENAES com o Valmor ajudou. Se o Conselho Federal é consultivo fica difícil para Minas. Pode reforçar o que o governo do estado tem feito, que é emperrar a Economia Solidária. Assim a SENAES fica apontando o caminho do que vai acontecer no estado, quando já tem discussão de criar Conselho Municipal. (Shirley)

Um desafio importante é que a política de Economia Solidária seja uma ação de estado para não ser eliminada em governos posteriores, que tenha capacidade de atravessar governos. A construção de Conselho e fundo é um processo por etapas, nem o governo pode esvaziar, por exemplo, o da Saúde. O Conselho proposto atende a estas exigências, mas se for deliberativo esvazia o Fórum, a Coordenação Nacional passa a ser apenas uma plenária para levar deliberações para o Conselho. Neste momento o Conselho proposto pela SENAES é a melhor concepção de Conselho, temos que aprofundar a participação. (Gaiger)

Ainda acreditamos que o governo federal é de esquerda. Se tem espaço vamos ocupar e construir juntos. Com um ano e três meses de governo tem muito espaço aberto. Temos que aproveitar e fazer o Conselho. (Wlamir)

Se é um Conselho político é o momento de construção de outras alianças. Temos que ver, em que momento do Fórum vamos incidir nisto. Que política vamos ter com o novo pacto político? Precisamos saber como operacionalizar. (Lenivaldo)

RESPOSTA – SENAES

Professor Paul Singer – Não devemos falar de empresas de auto-gestão, porque todas são empresas capitalistas que faliram e foram recuperadas. O cidadão brasileiro pode fazer tudo o que quiser, mesmo o que a lei proibir. O governo tem que cumprir a lei. Se quisermos que o Conselho tenha outras atribuições, teremos que mudar o decreto que criou a SENAES. Mas devemos apressar a criação do Conselho, porque ele vai nos fortalecer. Como construir um Conselho de base, com 15 representantes do governo? O FBES pode fazer o que quiser, mas rápido, os representantes deveriam ser tirados ainda este mês. A SENAES gostaria de abrir o Conselho no encontro de julho. Em outro momento o Conselho poderá ser mais representativo. Poderíamos definir um ou dois anos de mandato para este Conselho criado agora e o próximo seria mais discutido com as bases. Se o Conselho é deliberativo, o que ele poderia deliberar? O pessoal falou em orçamento, devemos lembrar que nem o orçamento participativo é deliberativo. Falou-se em orçamento decidido no Congresso e o Conselho diria para onde vai o dinheiro. Então o Conselho que seria composto por governo, OCB, CUT, CNBB, etc, iria deliberar sobre o orçamento da SENAES, preferimos discutir com o Fórum. Propomos um Conselho político para alargar a nossa ação, se o tivéssemos organizado, com mais facilidade faríamos o Encontro de Empreendimentos. Do ponto de vista formal o Conselho não é da SENAES, mas pode apontar para isso, mas tem que ser representativo das pessoas que ele representa. Temos que fazer o mapeamento, existem mais empreendimentos de Economia Solidária do que pensamos. Devemos construir algo democrático e representativo que possa deliberar sobre o dinheiro público. Tem que haver prazo para fazer Conselhos Municipais e Estaduais. Quanto mais houver, melhor, sem objeção. Vale a pena fazer algo ambicioso e que ajude. Não interessa um Conselho Nacional qualquer. Há um grande ponto de estrangulamento para a Economia Solidária, que é crédito, o Conselho ajudaria. Eu tenho participado dos GT's e tenho aprendido muito, são bem produtivos, quem vai pautar os GT's é o movimento. Não vamos fechar caminhos, o movimento de Minas Gerais é mais avançado do que em outras partes do Brasil. Tomara que em menos tempo tenhamos o Conselho que queremos.

VALMOR – Devemos criar um Conselho que atenda a elaboração de políticas públicas. Enquanto não conseguimos avançar nesta direção, é válido criar um Conselho neste momento. Temos um conjunto de sugestões a respeito da composição do Conselho. Este ano é um teste para capacidade de mobilização e articulação que é o Encontro de Empreendimentos. O pacto está feito, o Professor deixou claro, está dependendo da capacidade do movimento. Existem Fóruns e Conselhos, a construção da identidade acontece nos Fóruns. Estas questões são objeto de discussão de um GT que deverá fechar a discussão que teve aqui. O Fórum deve se organizar para escolher representantes.

3 - MAPEAMENTO –EXPLANAÇÃO SENAES

ROBERTO MARINHO – A SENAES elaborou o programa de Economia Solidária em desenvolvimento, incluiu no PPA o mapeamento. Apresentou ao antigo COFA a proposta de implementação do mapeamento. O GT de mapeamento realizou três reuniões, e existe um acúmulo de

discussão mais ampla. Na interlocução da SENAES e IBGE foi elaborado o Termo de Referência, que aborda: o conhecimento, reconhecimento e identidade dos empreendimentos, um conjunto de informações para subsidiar o debate de conceituação de políticas públicas e o processo de reconhecimento. Poderão ser desenvolvidos catálogos para facilitar a articulação dos empreendimentos. Temos que delimitar o que é Economia Solidária. Vamos implementar um sistema de coleta de informações e criar um banco de dados, é preciso ter mais claro o conceito mais político e ideológico. O que são empreendimentos de Economia solidária? Após a última reunião do GT do Mapeamento, convidamos o Gaiger e Inácio, da Bahia, para junto com a SENAES fechar o Termo de Referência. Até o final de abril teremos um calendário do mapeamento. Faremos uma campanha de mobilização e planos de trabalho nos estados. Dividimos o mapeamento em duas fases:

1ª Fase Nacional – Identificar os seguintes atores:

- . Organizações coletivas supra familiares
- . Sócios(as) trabalhadores(as) urbanos(as) e rurais, co-proprietários(as), gestão coletiva.
- . Organizações permanentes
- . Empreendimentos formais e informais
- . Atividades econômicas, razão de ser da organização, diferenciar de organizações de representação política, exemplo – Sindicatos
- . Organizações singulares ou complexas, exemplo – uma cooperativa ou um complexo de cooperativas
- . Entidades de apoio e fomento à Economia solidária

2ª Fase:

Coletar um conjunto mais amplo para caracterizar a Economia solidária. A SENAES pesquisou junto ao IBGE como se faz pesquisa de economia informal. O IBGE tem uma listagem que mostra o que vai pesquisar. A SENAES vai fazer uma listagem ampla com as características citadas e construir uma base onde buscar Economia Solidária. Haverá formulário para empreendimentos e outro para entidades de assessoria, de apoio e fomento. A visita aos estados ajuda na crítica. Vai haver um maior gasto nesta fase. Temos que ter cuidado com armadilhas em contratos e convênios. O Fórum estará presente no mapeamento, mas não será o único ator.

Os estados que não possuem Fórum devem proceder da seguinte forma:

- . Passar informações para a SENAES
- . Buscar junto às entidades de Assessoria as informações
- . Fazer uma crítica preliminar da lista, considerando as características do Termo de Referência

3.1 - MAPEAMENTO – CONSIDERAÇÕES COORDENAÇÃO NACIONAL

GAIGER – A abrangência do mapeamento é variável. Tem estado que vai ficar descoberto. Temos problemas de recursos. Vamos fazer um mapeamento instantâneo em 2004, que será um retrato incompleto, mas vai colocar as pesquisas futuras em outro patamar.

4 - INFORMES FINANÇAS SOLIDÁRIAS – SENAES

HAROLDO – O GT de Finanças solidárias foi formado por pessoas experientes nesta área, temos a CÁRITAS, a ABCRED, etc. Houve três reuniões, que foram oficinas.

1ª Reunião – Socializar as experiências e busca da identidade

2ª Reunião – Conhecimento do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), e o que o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal tem disponível para financiamento da população de baixa renda

3ª Reunião – Experiência dos Fundos Rotativos, Fundos Solidários, como Prosan em Minas Gerais, Pastoral da Criança, entendemos que a Economia Solidária precisa conhecer melhor estas experiências. Parceria Banco do Nordeste e SENAES para financiar fundos rotativos locais a fundo perdido. Formar Conselho que vai aprovar fundos locais.

Precisamos manter um diálogo permanente com grandes bancos públicos federais, como o BB, Caixa, BNB, BASA, BNDES, e um termo de parceria com quatro grandes linhas. Existem cinco linhas, agora mais uma, de Economia solidária. O problema é ter linhas ou falta de acesso a estas linhas? É preciso avançar. Como construir uma política de Economia Solidária e ter uma nova idéia de finanças solidárias.

É preciso financiar um Programa Nacional de Micro-crédito produtivo. Vamos realizar o Seminário Nacional de Finanças Solidárias, será um grande momento. O GT de Finanças Solidárias e a SENAES já estão maduros para isto. No primeiro semestre vamos fazer parceria da SENAES e o BNB e convênios com os bancos.

FERNANDO – Na relação com os bancos temos os protocolos de cooperação entre Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. São quatro linhas gerais, que são a síntese dos trabalhos dos GT's.

- . Compartilhamento de banco de dados com os bancos
- . Relacionamento com BB e Caixa para apoiar os segmentos
- . Formulação conjunta das linhas de financiamento
- . Trabalhar em conjunto com alguns projetos específicos, aval solidário
- . Curso de formação de gerentes no BB, a SENAES entra no treinamento de agentes
- . Divulgação da Economia Solidária através dos Bancos.
- . Apoio a eventos

SONIA KRUPPA – O Banco do Brasil está presente na comissão pró-fórum do Amapá, que está organizando o 1º Encontro Estadual do Amapá. A SENAES quer que os bancos públicos financie o povo.

4.1 - FINANÇAS SOLIDÁRIAS – CONSIDERAÇÕES COORDENAÇÃO NACIONAL

Santa Catarina(Glaico), Paraná(José Ricardo), Pernambuco(Lenivaldo), Paraná(Lourdes), Ceará (Sandra Magalhães), Distrito Federal(Ademar).

Dinheiro e crédito não faltam, o que falta é como acessar. A SENAES deveria pressionar o Banco do Brasil e a caixa econômica Federal para facilitar o acesso ao crédito para a Economia Solidária. A nota fiscal deveria servir como comprovante de rendimento, mas os bancos não aceitam.(Glaico)

Mesmo tendo como comprovar renda, não se tem acesso ao crédito.O Banco do Brasil só pode aprovar crédito em Brasília e para cooperativas.Os procedimentos são burocratizados, as agências não têm autonomia para aprovar o crédito.(José Ricardo)

O PRONAF está massificado. Como organizar finanças solidárias com os empreendimentos? A Economia Solidária deve pensar mais na cooperativa de crédito, no crédito solidário, como estas questões entram numa política dos bancos.A bancarização é mais para consumo. O MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário, tem uma política de criar cooperativa de crédito dentro das regiões. (Lenivaldo)

Os bancos têm má vontade. O Banco do Brasil em Curitiba disse que não recebeu nenhuma instrução do governo federal. (Lourdes)

O sistema bancário do jeito que está, não funciona. A proposta é que 1% (um por cento) dos bancos públicos financie a Economia solidária. (Sandra Magalhães)

O GT de Finanças Solidárias juntou algumas organizações que vêm limitações para atuar dentro de banco. Os Fundos não passam pelos bancos, é outra lógica. (Ademar)

5 - INFORMES MARCO JURÍDICO – SENAES

O GT Marco Jurídico é formado por assessores e teve reunião dia 30 de março, que teve como objetivo a definição de um plano de trabalho e metodologia. Nesta reunião só foi trabalhado o plano de trabalho, a próxima será dia 16 de abril.

Temos dúvidas se o problema é mesmo falta de legislação. A Constituição de 1988 permite a inclusão da Economia Solidária. A partir da norma da Constituição, que coloca a cooperativa como de interesse público, a Economia solidária tem propostas concretas de alteração da lei do cooperativismo, reforma ou nova lei? Precisamos de outra lei de cooperativas para a Economia Solidária. Propor uma construção de uma legislação, não só para ter uma lei para Economia solidária, é preciso pensar uma política pública, lei sem política não adianta nada. Uma questão de consenso é a elaboração de leis, que precisa ser aprofundada. O Fórum deve contribuir para a atuação dos companheiros do GT Marco Jurídico. O relatório será encaminhado.

6 - INFORMES DIVULGAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA – SENAES

.VALMOR – Utilizar recursos da Assessoria de Comunicação. No primeiro semestre a divulgação será interna, de julho a dezembro será divulgado para a sociedade por intermédio do rádio e da televisão. A Radiobrás e outras redes farão programa semanal de Economia Solidária. O problema é como contratar alguém para produzir o programa, as entidades que atuam com produção de material para Economia Solidária, poderia se inserir. A assessoria do Ministério está preparando uma campanha para a concessão de um prêmio solidário. Qual a mensagem da Economia Solidária? Quem vai decidir o conteúdo da mensagem? A SENAES propõe um Conselho Editorial, onde a SENAES e o FBES estariam representados. A crítica e a contribuição podem ir trabalhando durante o Encontro.

RELATO LENIVALDO E IDALINA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO FORUM SOCIAL MUNDIAL NA INDIA

Foram distribuídos a todos os participantes os relatórios do Lenivaldo (PE) e Idalina (SC) sobre o FSM na Índia. Eles contaram mais detalhes sobre o FSM durante este momento da reunião da Coordenação Nacional.

SEGUNDO DIA - 2 de Abril

7 - AVALIAÇÃO RELACIONAMENTO SENAES E FBES (FALA DOS ESTADOS)

Pará – Precisa melhorar os mecanismos de comunicação, rever lista dos E-mails e instalar mala direta para aqueles que não tem E-mail. Projetos de articulação e diagnóstico: No Pará realizar seminário de integração de todos os projetos levantados.

Mapeamento, feira e encontro de empreendedores já acertado com SENAES.

Encaminhado projeto do Centro de Referência via Secon, aberto processo de discussão no Estado.

Ceará – Enviou projetos: Estrutura da feira, evento de Agosto, feirão de Novembro > dif. Mecanismos de referência.

Pernambuco – Houve divulgação, nas festas e férias dificultaram encaminhamentos. O Fórum para 06 e 07 de Abril, projeto de sustentação da secretaria executiva > idéia do banco de projetos confundiu. Projeto de feira/ festival de economia solidária.

Rio de Janeiro - Encaminhou projetos, faltou retorno e definição de mecanismos de referência para encaminhamentos. Caso específico: Seminário Trocas Solidárias, garantir os recursos.

Paraná – Dificuldade de repasse de informações, concentrado na secretaria do trabalho, discutir a feira.

São Paulo – Recebeu informes, mas não se reuniu para encaminhar a tempo. Pouco claro a orientação para elaboração dos projetos.

Rio Grande do Sul - Estrutura de funcionamento do fórum com problemas, Fluxo de comunicação SENAES > Fórum com problemas, Solicitação emergencial, prazos, atribuiu processo e acirrou disputas, critérios de prioridades (cadeias) gerou reações, prazo exíguo, informe de aprovação confundiram processos.

Minas Gerais – Período janeiro muito ruim para juntar e elaborar, orientação para elaboração tem de ser mais precisa, fórum realizando o mapeamento e o fortalecimento das regionais.

Mato Grosso do Sul – Enviou projeto da casa da Ecosol, e-mail para a secretaria não é repassado, correio sim.

Espírito Santo – Loja enviará fundo rotativo, precisa tempo e negociação, participação da SENAES e MDA territórios.

Rio Grande do Norte – Estão em estruturação do Fórum, estarão apresentando projeto para articulação, poderão apresentar projeto para os núcleos.

Piauí – Constituiu o fórum, enviar projeto da Feira.

Bahia – Enviar projeto da feira, encontro de empreendedores e plenária.

Santa Catarina – Projeto de fortalecimento 08n regiões e GT estadual sabe de outros encaminhamentos (governo, entidades).

Alagoas – Feira e discute encontro (precisa maiores informações)

Maranhão – Estão articulando

Sergipe – DRT assume animação, prevê criar o fórum em Abril.

Paraíba – Conversando sobre a possibilidade de feira estadual.

7.1 – ALGUMAS CONSTATAÇÕES:

- 1- O processo no geral esta positivo (17 estados)
- 2- Problemas de comunicação: e-mail X correio, Repasse dos integrantes do conselho aos fóruns (seja governo ou não), Clareza na orientação, projetos não identificados com Aval do fórum.
- 3- Quando o fórum vai atrás as coisas acontecem
- 4- Onde a equipe da SENAES, esteve, ajudou na orientação.
- 5- Definir melhores referências de comunicação SENAES
- 6- Prazos não excluem recepção/avaliação de projetos
- 7- Critérios assumidos tem de ser confirmados e mantidos sempre. (projetos articulados, não isolados).

8 – URBIS

- Projeto para viabilizar participação dos empreendimentos
- SENAES assume viabilizar dois empreendimentos/núcleos por região
- Comissão (Ângela, Valmir, Luigi) assumiu a reserva de treze Stands e evento/seminário sendo um stand para o fórum.
- Propostas: 01 stand para livrarias, um stand para o FBES,
- Dar visão unificada e unificadora do FBES
- Organizar os diversos percursos possíveis via ônibus, trazendo os companheiros das diversas regiões.
- Definir critérios para participação nos Stands por segmento, por fóruns, precisa codificar produtos?
- Definir para além da feira, objetivos e práticas de formação.
- Redes de trocas solidárias assumir a participação/programação no sábado e domingo
- Objetivo: dar visibilidade ao FBES
- Preparar material de divulgação do conjunto
- Articular a mobilização para a URBIS à mobilização para o encontro de empreendedores
- Segmentos ou fóruns estaduais?
- Estandes são montados com apoio profissional?

- Vendas e exposições terão profissionais de apoio?

8.1 – INFORMAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA URBIS

1. Quantos empreendimentos vão poder participar?
2. Quais os segmentos?
3. Formas de exposição? (fotos, vídeos, mostras e vendas).
4. Nome do contato e n. do telefone.
5. Informações: SDTS – Ângela ou Renata (11) 3224 6000 ramal 6125

9 – I ENCONTRO NACIONAL DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

9.1 – HISTÓRICO:

Comissão Organizadora na reunião de fevereiro já definiu:

- 1 – Objetivo
- 2 – Caráter
- 3 – Estratégias de mobilização

9.2 – OBJETIVO:

- 1 – Visibilidade da Economia Solidária – Fazer grande amostra nacional de empreendimentos de Economia Solidária
- 2 – Intercâmbio das cadeias produtivas
- 3 – Interlocução com políticas públicas
- 4 – Plataforma da Economia Solidária

9.3– CARÁTER:

- 1 - Identidade dos Empreendimentos de Economia Solidária: por segmentos e cadeias produtivas
- 2 - Interferir no desenvolvimento do país

9.4 – ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

- 1 – Parcerias com governo: MMA, MDA, Pesca.
- 2 – Parceria com movimentos: Fórum do Lixo e Cidadania, Talher.
- 3 – outras forças
- 4 – Encontros estaduais a cargo dos FEES ou Comissões pró-fórum
- 5 – participação de 1500 empreendimentos

9.5 – EIXOS DO DEBATE NO ENCONTRO:

- 1 - Análise de conjuntura nacional e internacional
- 2 - Aprofundar plataforma (sete eixos)
- 3 - Organização e troca de práticas
- 4 - Definir agenda de ações de fortalecimento (carta de princípios)

9.3 – CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

- 1 - Ter participado das Plenárias Estaduais
- 2 - Um representante por empreendimento
- 3 - Definir prazos para Plenárias Estaduais

9.5 – DIVULGAÇÃO:

- 1 - Produzir um folder nacional massivo já
- 2 - Estruturação dos grupos
- 3 - Ficha de inscrição

9.6 – DISCUSSÃO EM GRUPOS:

- 9.6.1 -Por segmento:

- 1 – Gestores
- 2 – Organizações de assessoria
- 3 – Empreendimentos

9.6.2 -O que discutir:

- 1 – Metodologia
- 2 – Mobilização
- 3 – Programação

9.6.3 – Como fortalecer o protagonismo dos empreendimentos:

- 1 – Além do Encontro
- 2 – Nos Fóruns Estaduais

9.7 – RESULTADO DOS TRABALHOS DOS GRUPOS:

9.7.1 - GRUPO DOS EMPREENDIMENTOS:

9.7.1.1 - Prazos:

- 1 - Convocatória – 30 de abril de 2004
- 2 - Inscrições – 15 de junho de 2004 com a Secretaria Executiva do FBES
e-mail: fbessec_executiva@yahoo.com.Br
- 3 - Fazer o Encontro por ramos de atividade.
Parceiros: Gestores e Assessores que serão observadores e facilitadores.
Reafirmação de todos os critérios já elaborados até agora.

9.7.1.2 - Metodologia, Programação, Pauta, etc.

- 1 - Reafirmada autonomia para a Comissão Organizadora, reforçada a mobilização de 1 (uma) referencia por estado.
- 2 - Sempre reforçando os Fóruns
- 3 - Protagonismo no Encontro de Empreendedores/Empreendimentos da Economia Solidária.

LEMA: “UMA OUTRA ECONOMIA ACONTECE”

- 4 - Serão convidados, entidades e empreendimentos, nacionais e internacionais que estão contribuindo para a consolidação da ECOSOL.

9.7.1.3 - Indicações Para Os Encontros Estaduais:

- 1 - Qual o modelo de organização que queremos?
- 2 - Sempre reafirmando a identidade da ECOSOL
- 3 - Em cada encontro Estadual haverá a escolha de um representante por empreendimento. Estarão garantido o número mínimo de 50 representantes por estado, e o restante dos escolhidos serão definidos a partir da capacidade de mobilização no encontro (proporcionalidade).
- 4 - No Encontro Estadual o critério de escolha da prioridade dos representantes deve considerar o ramo de atividade.

9.7.2 - GRUPO DE GESTORES:

- 1 - Apoiar as decisões definidas nos Encontros Estaduais e Encontro Nacional de Empreendimentos.
- 2 - Estabelecer contato com os gestores do campo da Economia Solidária para apoiar divulgação do Encontro Nacional.
- 3 - Articular a Rede de Gestores para viabilizar apoio ao Encontro Nacional.
- 4 - Aproveitar as articulações de nível nacional, regional e local, como ABCRED, Frente Parlamentar, ADA, DRT' s, para apoiar o Encontro.
- 5 - Iniciar movimento com a Frente Parlamentar, junto ao Congresso Nacional para divulgar e apoiar a ECOSOL.

9.7.2.1 - Metodologia:

1 - Análise de conjuntura dentro dos encontros estaduais seja realizada por microrregiões.

9.7.2.2 - Mobilização:

- 1 - Consideraram as experiências nos estados das pessoas que estavam na comissão.
- 2 - Seminários das regiões ou microrregiões
- 3 - Colocar os Fóruns a par desta reunião
- 4 - Mediações INCRA, SECRETARIA NACIONAL DA PESCA, DRT's.
- 5 - Maior articulação dos gestores, envolvendo os parlamentares.
- 6 - Grande reunião em Brasília, em novembro após as eleições
- 7 - Estar mais articulado com a SENAES para articular melhor

9.7.3 - GRUPO DE ENTIDADES DE ASSESSORIAS:

- 1 - Melhorar comunicação: lista e grupo de e-mail – definir qual e Site.
- 2 - FUNDAMENTAL - Material de divulgação que dê conta do encontro, pode-se casar com a campanha de divulgação da SENAES.
- 3 - Precisa de uma logomarca para definir a cara da ECOSOL
- 4 - Mapeamento – oportunidade para fazer mobilização
- 5 - ADS/CUT – Em maio vai haver encontro com as agencias regionais e poderá ajudar no Encontro.
- 6 - Aproveitar encontro da SENAES nos estados para divulgação do Encontro

9.7.3.1 - Espaços de Divulgação :

- 1 - ABONG – Escritórios regionais
- 2 - DRT – Espaço de divulgação
- 3 - Rádios Comunitárias
- 4 - Encontro da RBES em Maio

9.7.3.2 - Metodologia:

- 1 - Preocupação com a qualidade da metodologia devido ao tamanho do Encontro.
- 2 - Focar mais a pauta.
- 3 - Eixo do modo de organização da ECOSOL a partir dos empreendimentos
- 4 - Assessorias estão à disposição dos movimentos

9.7.3.3 - Pós-Encontro:

- 1 - Produção de uma lei orgânica da ECOSOL
- 2 - A partir da agenda dos empreendimentos
- 3 - Papel de Assessoria: também parceiros, meio para os empreendimentos, também para contribuir na discussão da política pública
- 4 - Organizações de assessoria – projeto para captar recursos para o encontro nacional de empreendimentos, não no sentido de complementar recursos que a SENAES não pode bancar, mas por se achar também responsável pela ECOSOL.
- 5 - Necessidade de identificar “Idéias Nacionais Integradoras”.
- 6 - Encontro não é simples evento, está no processo de fortalecimento da ECOSOL.

9.7.3.4 - Pendências:

- 1 - Terminar o quadro dos estados para voltar ao debate.

9.7.3.5 - Informes Gerais:

- 1 - Em Sergipe tem o Centro de Referencia da ECOSOL – que é um espaço de comercialização, reuniões para FEES
- 2 - O que é o Centro de referencia?
- 3 - Discutir junto, há vários espaços ociosos.

9.7.3.6 - Observações Gerais:

- 1 - Meta deveria ser formar a frente parlamentar pró ECOSOL
- 2 - Eleições de pontos prioritários da plataforma
- 3 - Escolher conteúdo de plataforma que tenha caráter propositivo
- 4 - Relacionar processo de convocação dos empreendimentos com o mapeamento, delegação mais ampliada e representativa
- 5 - Encontro é basicamente de empreendimentos, refletir sobre a participação de gestores e assessores
- 6 - SENAES poderia liberar assessorias para ajudar nos Encontros Estaduais?

9.8 – FINANCIAMENTO DO ENCONTRO:

- 1 – SENAES e demais Ministérios
- 2 – Apoio aos Encontros Estaduais

9.9 – COMISSÕES DE TRABALHO:

As comissões serão preparatórias e executivas:

- 1 – INFRA-ESTRUTURA – Dione, Ademar, Crispim, Ary
- 2 – MOBILIZAÇÃO – Comissão Organizadora, Secretaria Executiva e o representante do Conselho Interlocutor de cada estado
- 3 – COMUNICAÇÃO E IMPRENSA – ADS/CUT, PACS, SENAES, Jornalista CUT, CÁRITAS e Ministério
- 4 – CULTURA – Lenivaldo, Oscarina, Secretaria Executiva
- 5 – METODOLOGIA – Comissão organizadora

9.7.3.7 - SENAES –

SONIA KRUPPA – O Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários precisa ser muito forte, é a constituição do FBES. Os Fóruns Estaduais precisam assumir mesmo o Encontro. Como cada estado vai fazer para colaborar com o sustento do Encontro? A URBIS é um termômetro, se não for assumida não acontece. A viabilidade política e econômica do Encontro é um processo que começa hoje. Esta representação é muito importante, cada um que está aqui assume a nível estadual. A SENAES não é o único financiador.

DIONE MANETTI - Este Encontro vai ser o primeiro grande retrato da Economia Solidária no Brasil. Devemos ter os convidados internacionais como FSM, governos da América Latina e outros. Neste Encontro e na IV Plenária em 2005 deveríamos discutir a composição da próxima Coordenação nacional. Discutir a relação com o FSM e pensar com o estar presente em Porto Alegre, em janeiro de 2005.

TERCEIRO DIA – 3 DE ABRIL

10 – SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES

Dora, Deuzani e Márcio apresentaram as tarefas que foram executadas pela Secretaria Executiva no período de janeiro a março de 2004, abaixo relacionadas:

- 1 – Articulação com os Fóruns Estaduais
- 2 – Articulação com os estados que não possuem fórum
- 3 – Elaboração do projeto das atividades do Fórum Brasileiro e funcionamento da Secretaria Executiva
- 4 -. Elaboração do projeto para I Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários
- 5 – Organização do acervo existente em Brasília da Economia solidária

- 6 – Elaboração de projeto para captação de recursos para participação da Economia Solidária no FSM Índia
- 7 – Interlocução com a SENAES
- 8 – Acompanhamento de reuniões dos GT's
- 9 – Elaboração dos relatórios da I Reunião do Conselho Interlocutor, I Reunião da Comissão Organizadora do Encontro

Foi falada da dificuldade na conversa com os Estados, principalmente na mobilização para participação na URBIS, onde não havia retorno rápido dos estados. Foi informado que a Secretaria Executiva funcionou provisoriamente na sede da Sociedade Pátria Amada, utilizou recursos oriundos de um projeto que foi enviado para a Caixa Econômica Federal, e que destes recursos foi retirada uma parte para pagar dívidas da III Plenária e da reunião do Conselho Interlocutor que ocorreu em dezembro de 2003. A Secretaria ficou com uma quantia de R\$ 14.000,00, com a qual funcionou por três meses, incluindo pagamento de condomínio, telefone, internet, luz, pessoal, transporte, alimentação, material de escritório e consumo. A partir de abril a Secretaria estaria sem local para funcionar e sem recurso para todas as despesas e pessoal. O Márcio e a Dora anunciaram a saída da Secretaria Executiva, e Deuzani que poderia ficar, mas que a decisão seria do Fórum. Foram distribuídos aos participantes materiais com a prestação de contas detalhada da Secretaria Executiva e as atribuições da mesma. Foram levantadas hipóteses entre os participantes de cotização entre as assessorias e empreendimentos para manter a Secretaria Executiva. Em seguida os participantes foram divididos em grupo para discutir:

- 1 - Operacionalização da Secretaria Executiva
- 2 – Pendências dos demais dias da reunião
- 3 – Os Grupos de Trabalho
- 4 - Participação na URBIS
- 5 – Encontro de Trocas Solidárias, no período de 04 a 06 de setembro de 2004, em Mendes - RJ

A consolidação dos trabalhos dos grupos estão no quadro que consta no final deste relatório, bem como a consolidação de toda a reunião.

10.1 – OBSERVAÇÕES DA COORDENAÇÃO NACIONAL:

Abaixo relacionamos observações dos participantes sobre o exposto pelos integrantes da Secretaria Executiva do FBES:

- 1 – A Secretaria Executiva foi eficiente, e é preocupante a saída da Dora e Márcio
- 2 – Favorável à continuidade da Deuzani
- 3 – Necessário fazer finanças para manter a Secretaria Executiva
- 4 – O Fórum Brasileiro de Economia Solidária precisa estar com a sua Secretaria Executiva, não só no período das reuniões
- 5 – A questão não é só financeira, é política. A administração do Fórum deve estar na mão do Fórum
- 6 – Não podemos continuar empurrando com a barriga, o problema principal é a manutenção da Secretaria Executiva
- 7 – Formar um fundo para Economia solidária
- 8 – Os Fóruns Estaduais devem ajudar a Secretaria Executiva
- 9 – Organizar para construir em Brasília uma sede do FBES e trabalhar para mantê-la
- 10 – Secretaria Executiva é o coração, a Coordenação Nacional é o cérebro, devemos buscar autonomia e viabilidade
- 11 – A fragilidade do Fórum colocou a Secretaria Executiva no olho do furacão. O IBASE pode colaborar com um projeto para construção da Secretaria Executiva
- 12 – A comunicação é estratégica, a Secretaria Executiva vai se reportar a quem? Precisa se reportar a um coletivo
- 13 – O FBES e sua Secretaria Executiva precisa ser apoiado pelo estado brasileiro. Os empreendimentos podem contribuir em uma etapa posterior, quando a Economia Solidária estiver mais consolidada
- 14 – Dever do estado construir política para os empreendimentos
- 15 – Avançar para além da SENAES, apesar do seu apoio ser fundamental
- 16 – Participantes do FBES nos estados precisa atender as demandas da Secretaria Executiva

- 17 – Dialogo com outros movimentos
- 18 – Entidades podem flexibilizar os orçamentos ainda, para ajudar Secretaria Executiva

10.2 – OBSERVAÇÕES SENAES:

- 1 – A questão financeira efetiva que aconteceu ano passado até agora, foi financiada pelo estado.
- 2 – Necessidade avançar relação movimento e estado, devido à autonomia e independência
- 3 – A Economia solidária precisa depender até quando?
- 4 – A autonomia da sociedade civil e FBES não é só movimento, tem o desafio da construção da autonomia
- 5 – Compromisso da SENAES de viabilizar o espaço da Secretaria Executiva, com menor recurso possível
- 6 – Recurso para pessoal é difícil, envolve sistema de contratação
- 7 – A SENAES se compromete com a infra-estrutura da Secretaria Executiva
- 8 – FBES se compromete com o pagamento de pessoal e telefone

10.3 – PROPOSTAS COORDENAÇÃO NACIONAL:

- 1 – Criar comissão para estruturar a Secretaria Executiva
- 2 – Empreendimentos, entidades de assessoria e SENAES, financiar sede do FBES
- 3 – Autonomia com financiamento público
- 4 – Melhorar propostas nas discussões de Grupo
- 5 – Garantir reuniões de teleconferência, coordenadas pelas entidades de assessorias, via Marista
- 6 – Garantia de contratação de mais duas pessoas, além da Deuzani
- 7 – Contratação via processo de mapeamento
- 8 – Entidades que podem de imediato encaminhar ajuda:
 - FASE, já pode deslocar recursos
 - IBASE pode elaborar projeto em médio prazo
 - ANTEAG
- 9 – Que a SENAES assuma até julho o orçamento da Secretaria Executiva
- 10 – Entidades devem rever orçamentos para contribuir já
- 11 – A partir de julho as entidades como ANTEAG, FASE, IBASE, PACS, juntamente com outras façam projetos para garantir a partir de julho a Secretaria Executiva
- 12 – Discutir o destino dos fundos públicos em longo prazo
- 13 – Comissão do DF composta por: Ademar, Bernardo, Deuzani, Dora e Márcio devem escolher os outros dois integrantes da Secretaria Executiva, que deve ter o seguinte perfil:
 - um teria perfil operacional
 - um teria perfil técnico político

10.4 – AVALIAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA:

- 1 – Avaliação positiva da atuação da Secretaria Executiva, com agradecimento
- 2 – Garantia de continuidade da Deuzani, por consenso
- 3 – Consenso que é politicamente correto a continuidade da Secretaria Executiva

10.5 – ENCONTRO DE TROCAS SOLIDÁRIAS

- 1 – Período de 04 a 06 de setembro de 2004
- 2 – Local – Mendes – RJ
- 3 – Número de participantes – 200
- 4 – Objetivo: Fortalecer grupos de troca do Brasil e disseminar experiências vividas
- 5 – Calendário de atividades: Mendes (RJ) reconhecer o local

De 5 a 6 de junho – Guarapari (ES) aproveitar o Encontro da RBES

Reunião da comissão de orçamento no Paraná

6 – Orçamento será de R\$ 145.000,00

7 – A SENAES diz que só tem R\$ 50.000,00, grupos de trocas solicita R\$ 75.000,00

8 – O FBES reforça que a SENAES assumira o compromisso financeiro quanto ao Encontro Nacional de Empreendimentos Solidários, o Encontro de Trocas Solidárias e a URBIS

10.6 – ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS – INFORMES RUTH SPÍNDOLA (PACS)

1 – São 47 (quarenta e sete) redes internacionais

2 – Existe uma lista eletrônica que congrega e-mails eletrônicos de articulações internacionais

3 – A lista é em três línguas, tem tradução para espanhol, francês e inglês

4 – Vai acontecer o Fórum Social América em Quito no Peru de 25 a 30 de julho de 2004, não tem mobilização de Economia solidária para este evento.

11 – FALA DO FREI BETO

Lenivaldo apresentou o FBES de sua luta por uma política pública para Economia Solidária.

Frei Betto falou que o Fome-Zero não é gincana de coleta de alimentos. Cada município tem o comitê gestor, o poder público e a Sociedade Civil. Os Municípios que tem Fome-Zero formam uma rede chamada CONSADS. O Fome-Zero tem quatro pilares que são:

1 – Transferência de renda – aumento da renda mensal de R\$ 22,00 para R\$ 73,00, por intermédio da bolsa família e o cartão cidadão.

2 – Políticas estruturantes:

- Reforma Agrária
- Agricultura familiar
- Construção de cisternas – recurso para cisterna está sobrando, a ASA não conseguiu dar conta da demanda
- Moradia
- Saneamento

3 – Ações emergenciais:

- Cesta básica que é comprada de produtores da agricultura familiar, sem licitação, para ativar a economia local
- Educação cidadã para trabalhar a consciência e a subjetividade
- Atende famílias carentes com todos os filhos na escola e carteira de vacina em dia

A Economia Solidária tem o papel de parteira, o governo só funciona sob pressão, a máquina governamental foi feita para não atender à população. A Ecosol precisa fazer parcerias com as Secretarias de estado. Ainda não é um consenso no governo a importância da Economia solidária. O Encontro deve ser aproveitado para convencer o governo, chamar todos os Ministros para escutar e não para falar, para serem convencidos de que Economia Solidária também pode funcionar no macro e não só no micro.

12 – PLENÁRIA FINAL:

12.1 – QUESTÕES DEBATIDAS NOS TRABALHOS DE GRUPO:

1- Pautas dos próximos encontros:

- **Conselho Interlocutor:** proposta de pauta tirada na última reunião
 - Qual a política de formação em Economia Solidária
 - Participação na coordenação do FSM em 2005
 - Certificação (Selo) da Ecosol
 - Criação de novos GTS: Produção, comercialização e consumo;
 - Integração de políticas públicas;
 - Projetos e iniciativas;
 - GT virtual de mobilização e recursos, via WEB
- **Coordenação Nacional** – Sem proposta

- 2- Secretaria Executiva
- 3- Fechar o quadro dos estados menos dinamizados
- 4- Articulação nacional e internacional do FBES
- 5- URBIS – tarefas e encaminhamentos nos estados
- 6- Encontro nacional de trocas solidárias
- 7- Encontro nacional de empreendimentos – Tarefas e encaminhamentos nos estados
- 8- Relação entre o FBES e a SENAES e dos representantes com o FBES
- 9- GT Mapeamento: propostas primeira e segunda etapas, propostas, publico,
- 10- Conselho Deliberativo – Lei orgânica da Economia Solidária;
- 11- Política de comunicação.

13.1 – CONSOLIDAÇÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO:

Temas	Propostas
Pautas dos próximos encontros nac.	<p>Nenhum grupo apresentou proposição.</p> <p>Sugestão do relator: Que sejam encaminhadas demandas para a coordenação executiva que organiza e distribui. A pauta deverá ser construída coletivamente, assim como a dinâmica dos encontros.</p>
Secretaria Executiva	<ul style="list-style-type: none"> • A secretaria executiva deverá ser composta por moradores no DF para não encarecer custos do FBES. Pessoas interessadas podem apresentar currículo. • Comissão para selecionar os nomes a serem contratados: Márcio Bortollozo, Dora, Deuzanir, Ademar e Bernardo. • Comissão para propor funcionamento e financiamento da secretaria executiva: Indicar os nomes das organizações: IBASE, FASE, ANTEAG, Cáritas, PACS, SENAES. O debate de fechamento da proposta deverá acontecer (até Julho) juntamente com as reuniões da Coordenação que prepara o encontro de empreendimentos.(Comissão prepara e o debate ocorre na comissão de preparação do encontro nacional de empreendimentos). Algumas questões que deverão ser analisadas pela comissão: Aprofundar o projeto encaminhado a SENAES verificar correções necessárias, propor descentralização de atividades hoje a cargo da coordenação executiva, resgatar as definições do COIN a respeito do funcionamento da executiva do FBES, Realizar uma boa divisão de papéis entre a SENAES e secretaria executiva. A prioridade da secretaria executiva deve ser atender ao FBES. A proposta deverá chegar à coordenação antes da reunião do conselho. • Incluir a sustentação da executiva nos recursos oriundos dos projetos de Diagnóstico e dos encontros nacionais financiados pela SENAES. • Esta mesma comissão de ONGs deverá elaborar a proposta de funcionamento do FBES a fim de encaminhar para outras fontes além da SENAES. • Para a solução das dificuldades imediatas as organizações (ONGs e gestores) deverão contribuir com recursos imediatos de seus orçamentos. • A infra-estrutura disponibilizada pela SENAES deverá ser garantida de imediato. • A secretaria executiva deverá levantar as propostas de funcionamento e os custos para a realização de teleconferências, videoconferências, Chats e outras formas de realização de conferências virtuais. • A coordenação executiva deverá ser composta por pessoas com qualidade técnicas e políticas que possam garantir o funcionamento da mesma e contribuir no planejamento da coordenação do FBES. • Buscar recursos no governo, abrir debate mais amplo sobre mudança de legislação para financiamento dos movimentos sociais. • O companheiro Ademar (cáritas) fica indicado como interlocutor cotidiano provisório do FBES com a secretaria executiva. • Quando existir, o centro de referência da Economia Solidária do DF deverá abrigar a secretaria executiva do FBES. <p>Questão em aberto para aprofundamento (captação de recursos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Captar recursos nos estados em todos os segmentos; • Construir um processo pedagógico de financiamento dos fóruns (R\$1,00 por participante de fórum, 1% dos projetos para os fóruns, 0,5% do lucro líquido para os fóruns; projetos captados na SENAES 2% para os fóruns; abrir contas dos fóruns 70% para os estaduais e 30% para o FBES • Recursos dos empreendimentos levantados nos estados utilizados para ações nos estados e não para Secretaria Executiva.

	<p>Constatação do debate:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiamento da SENAES tem sido intenso e respeitoso para a construção do movimento. SENAES é parceira prioritária do FBES e como tal continua no processo.
Fechar o quadro dos estados menos dinamizados	O quadro de informações sobre os estados descobertos deverá ser preenchido pelas entidades e a cópia dos contatos enviada para a secretaria executiva com cópia para o João Corrêa a fim de organizar a proposta. (jcorrea@fase-pa.org.br)
Articulação nacional e internacional do FBES	Contatos internacionais continuar com os companheiros (as) que já fazem, buscando ampliar o grupo, Passar lista dos contatos para nossa rede (FBES) Ruth (PACS), João Roberto (IBASE), Gaiger (UNITRABALHO), Ademar (Cáritas)
URBIS – tarefas e encaminhamentos nos estados	As questões apresentadas pelo Luigi deverão ser respondidas hoje ou encaminhadas até o dia 07 de Abril às 18 horas.
Encontro nacional de trocas solidárias	Garantir prioridade acordada com a SENAES para os eventos Trocas, Urbis e Empreendimentos no ano 2004. FBES reforça o compromisso financeiro e SENAES deverá assumir o financiamento. Questão volta para análise da SENAES e posterior debate com a coordenação.
Encontro nacional de empreendimentos – Tarefas e encaminhamentos nos estados	<ul style="list-style-type: none"> • Deverão ser criadas equipes nos estados (espelho e diálogo) • A Inscrição será coordenada pela Secretaria Executiva • A Carta Convocatória deverá ser divulgada até o dia até 30 de Abril. P/iniciar o debate nos estados. <p>Quem faz: Ademar e Secretaria Executiva, Socializar uma proposta na rede eletrônica do FBES e fechar com a comissão organizadora do encontro</p> <ul style="list-style-type: none"> • O documento mais completo (Plataforma, Carta de princípios, metodologia, textos mais completos, etc) para debate com quem vem para Brasília. <p>Quem faz: Comissão organizadora do encontro Até Quando: 30 Abril</p> <ul style="list-style-type: none"> • As comissões serão assim ampliadas: Infra e finanças: + Alaídes DF e João Luis do RJ Imprensa e comunicação : ADS e SENAES + profissional da área do M TE Cultura + Ângelo • Metodologia: Comissão organizadora + IBASE + SANDRA (RBSES) + João Luis/RJ (Fé e Política) <p>15 e 16 de MAIO (Reunião da comissão)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formas de mobilização: A mobilização ficará a cargo dos estados e a executiva monitora e centraliza as informações através de contato com o membro do COIN de cada estado. • Comunicação: PACS na interlocução internacional, mala direta e produção vinhetas de rádio • GT de comunicação centralizando e divulgando as chamadas • ADS/CUT publicando carta de princípios (ajudar no processo) • O GT cultural deverá propor eventos que valorizem as culturas regionais e grupos que apóiam a Economia Solidária.
Relação entre o FBES e a SENAES e dos representantes com o FBES	A cada reunião de GT os participantes têm de sistematizar e socializar as deliberações e encaminhamentos para o FBES. Garantir debate entre uma e outra reunião (no mínimo eletrônico)
GT Mapeamento: propostas primeira e segunda etapas, propostas, publico,	Manter a proposta do termo, porém os estados onde houver dificuldades será discutida a flexibilização em cada caso. Garantir encaminhamento com IBGE para censo 2006 – incluir variáveis que capturem a Ecosol (Quem faz: Próxima reunião do GT). Apurar objetivos e elaboração do Plano de Trabalho. (SENAES encaminhar uma nota explicatória sobre o Plano de trabalho aos membros da coordenação).

Conselho Nacional – Lei orgânica da Economia Solidária;	<p>Consultivo ou deliberativo? Até o final do governo Lei e conferências e daí ser deliberativo Representação no Conselho? Mais Tempo para definir Composição paridade 1/3 governo, empreendimentos, 1/3 sociedade civil (gênero. raças etnias/ Agentes de Pastoral Negros do Brasil) Ampliar para 20 Movimentos. Ecosol com repr. por estado FBES define perfil dos sete que já estão elencados. Nos 15 = respeitar as regiões, 08 empreendimentos(02 rurais, 02 urbanos, 02 empresas, 02 popular), 02 universidades, 01 gestor, 04 agências de fomento. Garantir recursos para mobilizar e deslocar pessoas do conselho. Garantir a representação de todos os atores da Ecosol, manter os 15 e rever as outras indicações. Como não houve consenso sobre os pontos acima e nem sobre o que ficou encaminhado com a SENAES na quinta feira optou-se por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Remeter o debate para as bases, • Propor uma reunião com o GT Conselho: (CÁRITAS, VERA DF, Bernardo, ADEMAR, SENAES) incluindo uma representação de Minas Gerais. • Assumimos o conselho consultivo agora, desde que não prejudique o andamento do debate em Minas Gerais • Todos/as enviem contribuições para a comissão.
Política de comunicação.	<p>Compor conselho editorial para campanha da Ecosol e aperfeiçoar o projeto de comunicação Qual é a comissão: ADS, SENAES, M TE + comissão do encontro. Definir de imediato Metas e datas?</p>

Estimativa de gasto mensal da Secretaria Executiva (repassado pela Deuzani)

Descrição	Valor
Pagamento de pessoal com encargos	8.200,00
Telefone / Internet	600,00
Transporte extra	100,00
Viagens eventuais	1.500,00
Material de consumo	50,00
Material de escritório	300,00
TOTAL	10.750,00
Obs: Local, instalações e equipamentos, incluindo luz e condomínio a SENAES está garantindo	